

# Caminhos Históricos da Oficialização da Língua Cabo-Verdiana<sup>1</sup>

*Victor Manuel Eugénia Semedo*

Doutor em História - Coordenador do Projeto CAPES/AULP  
Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

e-mail: victorsemedohist@gmail.com

*Aracy Alves Martins*

Doutora em Educação - Coordenadora do Projeto CAPES/AULP  
Universidade Federal de Minas Gerais – Brasil

e-mail: aracymartins60@gmail.com

*Maria Amélia Rodrigues de Carvalho Gomes*

Mestre em Didática de Línguas - Universidade de Cabo Verde – Cabo Verde

e-mail: ameliagomes66@hotmail.com

**Resumo:** Este texto procura articular informações históricas sobre o percurso que vem trilhando a língua materna dos sujeitos nascidos no Arquipélago de Cabo Verde, desde o seu surgimento, como crioulo de base lexical portuguesa, até seu uso generalizado, em contextos informais de oralidade, em situação de diglossia em relação à Língua Portuguesa (LP), língua oficial. Percebem-se movimentos em busca da padronização, da escrita e da oficialização da Língua Cabo-Verdiana (LCV), para que possa ser utilizada em ambientes formais, ser considerada língua de ensino, em paridade com a Língua Portuguesa, em processo de construção de um Bilinguismo Funcional. São analisados documentos oficiais, até chegar à resolução governamental de 2015, que anuncia medidas concretas para o enquadramento jurídico, consolidação e oficialização da LCV, considerando a importância da língua do cotidiano, do sentir e do viver dos cabo-verdianos, para o fortalecimento da identidade cultural do país.

**Palavras-chave:** Língua Cabo-Verdiana, Bilinguismo, Oficialização

**Abstract:** The present study aims at articulating historical information on the trajectory that the mother language of subjects born in Cape Verde Archipelago has been tracing, since its begin, as a Creole language of Portuguese lexical base, until its generalized use, in orality informal contexts, diglossia situation in relation to Portuguese Language (PL), the official language. We observe movements towards standardization of written and of the officialization of Cape-Verde language (CVL) in order that it can be used in formal environments, to be considered teaching language, in parity with Portuguese language, in the construction process of a Functional Bilingualism. We have analyzed official documents, up to the governmental regulation of 2015 that announces concrete measures for the legal framework, consolidation and officialization of CVL, taking into consideration the importance of the language for the daily life, of the feelings and lifestyle of cape-verdeans of the strengthening of the country's cultural identity.

**Keywords:** Cape-Verdean Language; Bilingualism; Officialization.

Recebido em: 31/05/2015 – Aceito em 15/11/2015

## Introdução

Desde a conquista da independência de Cabo Verde, em 1975, vem-se debatendo a questão da valorização da oficialização da língua cabo-verdiana (LCV) (SE-

<sup>1</sup>Este texto trata de dados da pesquisa, Língua cabo-verdiana: entre uso generalizado e a oficialização (SEMEDO, 2012), que compõe um dos eixos de investigação, Tensão entre língua oficial/línguas maternas, no interior da Pesquisa em Rede, com apoio do CNPq - Língua e Literatura: relações raciais, diversidade sociocultural e interculturalidade em países de língua portuguesa -, que, por sua vez, se vincula ao Projeto Mobilidade Internacional CAPES/AULP - Ensinar qual Língua? Ler qual Literatura? Interculturalidade e relações étnico-raciais no Brasil e em Cabo Verde (MARTINS, 2015).

<sup>2</sup>De acordo com Pereira, os crioulos de base portuguesa são habitualmente classificados de acordo com um critério de ordem predominantemente geográfica embora, em muitos casos, exista também uma correlação entre a localização geográfica e o tipo de línguas de substrato em presença no momento da formação (Cf. PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In Fórum dos Linguistas. História da Língua Portuguesa em linha, 1996, p. 551).

MEDO, 2012), alegando que toda a nação que se forma só se sente realmente nação, “se tiver a sua própria língua” (DUARTE, 1998, p. 22). A língua se constitui em elemento identificador de um povo e de uma cultura, sem possibilidades ou margens para ser confundida com outras línguas. É nesta lógica que os cabo-verdianos procuram dar ênfase à identidade nacional, a suas manifestações culturais, valorizando a língua falada, que é vivida em todos os momentos da sua existência, do nascimento à morte.

O crioulo cabo-verdiano foi um dos primeiros crioulos de base portuguesa<sup>2</sup> que se formaram na costa ocidental de África como resultado dos múltiplos contatos linguísticos desencadeados pelos descobrimentos portugueses nos séculos XV e XVI (PEREIRA, 1996, p. 551). Todavia, do ponto de vista gramatical, é autónomo e se diferencia da língua portuguesa. Essa língua ter-se-ia formado a partir do século XV, em Sotavento, particularmente na Ilha de Santiago, que funcionou, durante mais de um século, como entreposto de escravos onde deviam passar todos os escravos para serem batizados e ladinizados<sup>3</sup> (MONTEIRO, 2007, p. 12-13). Ela nasceu e desenvolveu-se com o nascimento e o desenvolvimento do povo cabo-verdiano, portanto tem a idade do povo que a fala (VEIGA, 2004, p. 134).

Monteiro (2007, p. 12), explica que

“é frequente encontrarmos a designação da língua materna dos cabo-verdianos como “crioulo”, designação utilizada pelos próprios locutores e a expressão “língua cabo-verdiana”, utilizada com menos frequência, mas ultimamente mais empregue. Nós usaremos a expressão língua cabo-verdiana para evitarmos qualquer mal-entendido em relação às outras línguas designadas crioulas. Para além disso, também esta expressão tem ainda mais duas grafias: caboverdiano e caboverdeano. De acordo com o Dictionnaire Encyclopedique et Bilingue - Cabo Verde (2001), foi o escritor e filólogo cabo-verdiano, Baltazar Lopes, quem utilizou pela primeira vez a expressão “cabo-verdiano”, designando “língua nacional de Cabo Verde”, em 1947, na revista “Claridade”, no texto “Uma experiência românica nos trópicos”, atribuindo assim o estatuto de língua ao crioulo.”

Segundo Monteiro (2007, p. 13), a LCV tem sido classificada sempre como uma língua crioula, por causa do contexto histórico-social em que foi formada. A autora (op. cit., p. 33) explica que, de acordo com a classificação tipológica dos crioulistas, a LCV partilha características com outras línguas designadas crioulas, em particular as de base lexical portuguesa, não padronizadas, estatutariamente línguas não oficiais nos países onde são faladas e se restringem apenas ao papel de língua materna das respectivas comunidades. Porém o esboço da sua escrita surgiu a partir de 1887, com características da língua portuguesa (LP), mas com a sua especificidade própria. De fato, muitos termos da língua crioula foram emprestados da língua portuguesa, outros vieram dos falares das etnias trazidas do continente africano. A facilidade como se processa a comunicação quer oral, quer escrita, entre os falantes da língua cabo-verdiana e de falantes de outras línguas reforça a ideia da mistura de elementos linguísticos, tanto europeus quanto africanos.

Nesse sentido, Baltazar Lopes, em seus *Escritos Filológicos*, citando Adolfo Coelho, por serem “palavras significativas”, afirma ser

inegável que a primeira redução morfológica que uma língua experimenta na boca de um povo que tinha já outra, deixa vestígios profundos, ainda quando o povo acaba por esquecer completamente a sua língua própria e por conhe-

<sup>3</sup> Ladinização é processo de aprendizagem da língua portuguesa e do trabalho ao qual os escravos eram submetidos antes de seguirem a viagem para os diferentes portos (CARREIRA, 2000, p. 266).

cer de um modo mais completo a morfologia da língua que adota de um outro povo (...). Até hoje não se determinou com precisão o grau e carácter da influência exercida por um povo sobre a língua estranha que o conquista ou outras causas lhe faz adoptar. (COELHO, *apud* LOPES, 2010, p. 91).

Lopes acrescenta que, entretanto, não se pode negar que os povos submetidos, ao começarem a falar a língua dos europeus, a alterassem em parte pelo tipo da sua própria linguagem, admitindo, porém, uma primeira fase de indecisão linguística, em que ainda são fortes as solicitações da língua nativa (LOPES, 2010, p. 90). O mesmo autor enfatiza que é preciso não perder de vista que os falares crioulos resultam das reações de povos primitivos, na maior parte das vezes arrancados ao seu *habitat* originário (como é o caso de Cabo Verde) perante uma língua estranha, veículo de uma cultura diferente, já que todo crioulo é resultante de um choque de cultura. Quanto a determinar-se a contribuição dos afro-negros:

Pressupõe estudar a sua mentalidade, a sua alma, a sua posição perante a Vida, numa palavra, os elementos formativos da sua magia dos seus sistemas religiosos, da sua poesia, do seu folclore, da sua força de criação mítica (*op. cit.*, p. 103)

A formação do crioulo de Cabo Verde poderá estar mais relacionada com a sócio-genética, por ela estar entroncada no binômio dominador/dominado, no processo de povoamento das ilhas, e na gênese do crioulo do arquipélago, como resultado da necessidade imediata de comunicação, cujo contexto impunha como exigência para a própria sobrevivência. Nesse particular, historicamente, o arquipélago foi votado ao abandono, na sequência de novos desenvolvimentos que tiveram as embarcações, pelo que a navegação marítima deixara de ter necessidade de aportar às ilhas de Cabo Verde. Esse abandono permitira que, já nos meados do século XVI, mestiços tomassem conta da administração das ilhas e, outrossim, ao número diminuto de portugueses residentes no arquipélago não tenha sido possível impor uma dominação linguística. Assim, todos os falantes das línguas africanas, diante da necessidade de se comunicarem, inventaram e imitaram uma língua nova, mistura de termos europeus e africanos.

A LCV sobreviveu por todo o período colonial e mantém grande vitalidade, sendo a língua materna ou a primeira aprendida de grande parte da população (LOPES, 2011, p. 11), e veículo de comunicação (oralidade) entre os cabo-verdianos residentes no território nacional e na diáspora cabo-verdiana. Ela é aprendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade, espontaneamente. Por isso é a língua materna dos cabo-verdianos, é a língua que os cabo-verdianos dominam melhor, a que satisfaz a necessidade de comunicação entre os membros da comunidade ou nação cabo-verdiana. É a língua de quase todos os cabo-verdianos e é ainda usada como segunda língua por descendentes de cabo-verdianos em outras partes do mundo, onde existem comunidades cabo-verdianas.

Alguns estudiosos admitem que o crioulo do arquipélago de Cabo Verde esteve na origem de outras línguas crioulas. Por exemplo, Carreira (1983, p. 330) afirma que

o crioulo cabo-verdiano originou nas ilhas de Cabo Verde e, posteriormente, levado para os portos fluviais do continente (África), da chamada costa da Guiné, pelos mulatos e pretos-forros, quando os brancos o utilizaram como elo de ligação com os negros não aculturados, com a finalidade de assegurar as relações comerciais.

Na mesma linha de raciocínio, o escritor Baltasar Lopes da Silva faz a seguinte afirmação:

Suponho que o crioulo falado na Guiné é, não uma criação resultante directamente do contacto do indivíduo com o português, mas sim o crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios sob a influência das línguas nativas (*apud* CARREIRA, 1982, p. 31).

Estas são hipóteses que estudos posteriores podem vir a confirmar, na medida em que existe muita semelhança entre o crioulo de Cabo Verde e o crioulo da Guiné-Bissau.

É importante registrar que os **cinco** países africanos de Língua Portuguesa encontram-se em situação semelhante: todos apresentam línguas crioulas, entretanto, apesar das batalhas, diferentemente em cada um, para reconhecimento de suas línguas maternas, utilizam como oficial a língua da colonização: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. No caso moçambicano, em consequência de grandes batalhas sociolinguísticas, segundo o 104º Boletim do IILP, o Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano de Moçambique anunciou, em 18 de março de 2015, que o ensino primário vai usar as 16 línguas nacionais – Makhuwa, Nyanja, Nyungwe, Sena, Ndau, Changanha, Rhonga, Tshwa, Yao, Makonde, Chuwabo, Uteé, Copi, Tonga, Lomwée Mwani –, a partir de 2017, ao lado do português, para facilitar o ensino às crianças moçambicanas<sup>4</sup>.

Neste texto, tendo sido apresentadas algumas menções históricas, doravante, serão comentados documentos oficiais, até chegar à Resolução Governamental de 2015, que anuncia medidas concretas rumo à oficialização da LCV, considerando a importância da língua do cotidiano, do sentir e do viver dos cabo-verdianos, para o fortalecimento da identidade cultural do país. Nesse sentido, o texto aborda, em primeiro lugar, a valorização da Língua Cabo-Verdiana enquanto elemento identitário; em segundo lugar, a Língua Cabo-verdiana e as possibilidades do bilinguismo, pelo ponto de vista da universidade; em terceiro lugar, apresenta caminhos para a Oficialização, já trilhados, até o momento, enquanto se esperam medidas de outra natureza, ou seja, constitucionais.

## A escrita da Língua Cabo-Verdiana e o elemento identitário

A LCV tem sido objeto de estudo já desde o século XIX. A referência de destaque é António de Paula Brito, a quem é atribuída a autoria da primeira proposta da escrita da língua cabo-verdiana, em 1888, cujo título nos indaga a conhecê-la: *Apostamentos para a Gramática do Crioulo*. Além deste, deve-se destacar vários outros trabalhos, dentre os quais, os de Francisco Adolfo Coelho, Joaquim Vieira Botelho e Custódio Duarte (SANCHES, 2005). Outras eminentes personalidades dedicaram-se ao estudo e divulgação da língua crioula, nomeadamente, Eugénio Tavares, quer através da música, da poesia, quer de outros gêneros literários.

Pelo ponto de vista da Filologia, ciência que, por meio de textos escritos, estuda a língua, a literatura e todos os fenômenos de cultura de um povo, Baltasar Lopes, ao se perguntar – Língua, ou dialeto? – afirma que José Osório de Oliveira sustentou, por intuição, que o crioulo de Cabo Verde é uma língua e que, para tal, necessárias seriam certas condições: isolamento político, independência política, emprego obrigatório em documentos e repartições públicas, uso literário generalizado, chegando até a notificar que o crioulo de Cabo Verde tem mais condições para se afirmar em língua

<sup>4</sup>O ensino primário [em Moçambique] poderá ser lecionado monolíngue e também na modalidade bilingue, onde as crianças começam o processo de socialização e aprendizagem na sua língua materna e depois têm a transição para a língua de instrução após consolidarem os conhecimentos e capacidades na sua própria língua (IILP, 104o, 18/03/2015).

<sup>5</sup>“É que a linguagem brasileira está mais perto do português de Portugal, a força diferencial foi menor, por no seu processo formativo ter havido maior aportação do elemento metropolitano. Já no crioulo de Cabo Verde o choque foi maior, devido ao predomínio étnico do elemento afro-negro na miscigenação e ao carácter, possivelmente, menos impositivo da acção do metropolitano na vida Colonial” (LOPES, Escritos Filológicos e Outros Ensaios, 2010, p.106).

autônoma do que, por exemplo, o falar brasileiro<sup>5</sup> (LOPES, 2010, p. 105-6).

As investigações feitas sobre a LCV mostram em particular que, na segunda metade do século XIX, se deu o primeiro passo para a sua escrita, iniciativa que partiu de António de Paula Brito. Este autor, em 1885, publicou, no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, uma proposta de Alfabeto sistematizado, bem como os primeiros rudimentos da gramática do crioulo (VEIGA, 2004, p. 103-104). No último quartel do século XIX, Brito fundou o *Almanaque Luso-africano* (2 volumes: 1894 e 1899), em que se deu início ao estudo do folclore regional. Também escreveu uma cartilha em crioulo, provavelmente no início do século XX, para além de várias composições poéticas (VEIGA, 1996, p. 26).

Em 1933, Pedro Cardoso publicou o seu *Folclore Cabo-verdiano*, em que manifesta a sua preocupação com a escrita da língua nacional, propondo um alfabeto que retoma o alfabeto português (*op. cit.* p.10).

Armando Napoleão Rodrigues Fernandes fez um trabalho em que reuniu o léxico de todas as ilhas, designado de Léxico do Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde, concluído em 1940 e publicado, em 1991, pela filha. Para além desse Dicionário, deixou uma gramática incompleta (SANCHES, 2005, p. 29).

Já nas décadas de 50 e 60 do século XX, surgiram os primeiros trabalhos científicos sobre o crioulo: *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, de Baltasar Lopes da Silva, e *Cabo verde: Contribuição para o Dialecto Falado no seu Arquipélago*, de Dulce Duarte (VEIGA, 2004, p. 104).

Em se tratando de Literatura, a partir de 1930, os escritores Pedro Cardoso e Eugénio Tavares, dois principais representantes da literatura Pré-claridosa<sup>6</sup>, que simbolizam a persistência da LCV enquanto elemento identitário, escreveram em crioulo para periódicos nacionais e estrangeiros (SANCHES, 2005, p. 30). Estes dois escritores revelaram-se (quase) como os precursores da Claridade, ao defenderem a língua e a escrita do crioulo, escrevendo eles próprios em crioulo, e ao retratarem e contestarem algumas situações sociais degradantes, provocadas pelo regime colonial-fascista, revelando-se como avatares da claridosidade com a sua escrita de pendor nativista e pan-africanista (SPÍNOLA, 2004, p. 22).

Ainda referente à literatura, em 1936, a revista *Claridade*, referência da literatura e da cultura cabo-verdiana, publicou poesias populares em LCV, recolhidas ou reelaboradas por Gabriel Mariano, Mário Macedo Barbosa e Teixeira de Sousa, com a colaboração de Jorge Pedro Barbosa e Sérgio Frusoni (FREIRE, 2007, p. 25), contribuindo deste modo para a promoção e valorização desta língua.

Nas décadas de 60 e 70, a promoção e valorização do crioulo é feita através da música, literatura e teatro, em que se podem destacar figuras de renome, como Artur Vieira, B. Léza, Donald Macedo, Kaboberdiano Dambará, Luís Romano, Ovídio Martins e Sérgio Frusoni (FREIRE, 2007 e SANCHES, 2005).

Após a conquista da independência nacional (1975), no campo da política linguística, foram dados passos significativos em relação à promoção e valorização da LCV, sobretudo no âmbito das instituições. Assim, numa tentativa de pôr cobro à situação corrente, isto é, a não utilização da língua materna pelo menos nos primeiros anos de ensino, e de promover a referida língua, realizou-se o colóquio do Mindelo, em 1979. Em 1989, teve lugar, na Praia, outro evento da mesma natureza, Fórum Internacional de Alfabetização Bilíngue<sup>7</sup> (GOMES, 2008, p. 23). Relativamente a esta questão, inaugurou-se, no Ensino Básico, o ensino bilíngue com a autorização para se

<sup>6</sup>A Literatura Pré-claridosa corresponde a uma das 3 fases da literatura cabo-verdiana (a Pré-claridosa, a Claridosa e a Pós-claridosa), cronologicamente, à literatura anterior a 1936, que é caracterizada por uma escrita de forte influência portuguesa e, por conseguinte, por um estilo romântico e uma obediência cega aos cânones clássicos da escrita de então. A saudade, o amor, a tristeza, a melancolia, os desencontros amorosos e uma certa exaltação patriótica eram notas dominantes, sendo de se destacar nesse contexto alguns nomes como Eugénio Tavares, Pedro Cardoso, José Lopes e Januário Leite, entre outros (SANCHES, Atitude de alguns cabo-verdianos perante a Língua Materna, 2005, p. 30).

<sup>7</sup>Como esta é uma revista publicada no Brasil, está sendo considerada a ortografia e acentuação do português brasileiro. A palavra bilíngue não levaria acento, por ser pronunciada, em Cabo Verde e em outros países africanos, sem ditongo, na última sílaba (ou seja, a letra "u" não é pronunciada). Entretanto, como no Brasil se pronuncia, essa palavra leva acento.

fazer o ensino na língua materna, embora com orientação para reposição gradual da LP como língua de instrução (artigo nº 22 da Lei do Sistema de Educação Primária (LBSE), nº 103/III/90 de Dezembro (LBSE Nº 103/III/90 de Dezembro, citado por Gomes, 2008, p. 24).

No Ensino Superior, verificou-se a introdução da disciplina de Ensino da Estrutura do Crioulo, na então Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário; a edição de livros em crioulo, tais como gramática, romances, dicionários, vários trabalhos nos domínios da tradição oral, da ficção, do teatro e da poesia, com participação de autores de renome, como Manuel Veiga, Tomé Varela da Silva, Corsino Fortes, Henrique Mateus, Kaká Barbosa, Danny Spínola, Ano Nobo, entre outros (SAN-CHES, 2005). Efetivamente, nota-se que é nesse período que o estudo do crioulo ganhou um certo vigor, tanto na diáspora, especialmente nos Estados Unidos, quanto junto a algumas universidades francesas, alemãs e americanas.

Essas produções demonstram o contributo dos cabo-verdianos para a valorização da LCV. Porém a tomada de posição governamental, nesse sentido, vinha sendo sempre acanhada e hesitante. Com efeito, na 1ª República (1975 a 1990), o passo mais decisivo terá sido o reconhecimento do crioulo como língua nacional e materna e a sua assunção como elemento fundamental da identidade cabo-verdiana. Durante esse período, os diversos programas do governo referiam-se à criação de condições para a sua valorização, mas não se fixavam metas e etapas, bem como não se disponibilizavam os meios necessários.

Entretanto, foi na 1ª República, entre 1975 e 1990, que a língua cabo-verdiana consolidou o seu estatuto de língua, ocasião em que foi realizado o colóquio linguístico, já mencionado, em Mindelo, cidade de Cabo Verde, em 1979, de onde surgiu a proposta de um alfabeto estandardizado e de base fonológica (CASTELLO BRANCO, 2007, p. 43).

Na vigência da 2ª República (a partir de 1991), discutiu-se, com base nos estudos científicos que vêm sendo desenvolvidos e orientados por linguistas, sociólogos, antropólogos, historiadores e professores, no sentido de fixar metas e determinar etapas para a oficialização do crioulo como língua nacional/oficial, ao lado do português, reforçando, deste modo, a ideia de valorização progressiva do crioulo cabo-verdiano, incluindo-o nos planos curriculares de formação de professores e nos diferentes níveis escolares, passando a ser língua de ensino.

Com efeito, já na revisão constitucional de 1999, os parlamentares consensualizaram no sentido da criação de condições para a oficialização da LCV, em paridade<sup>8</sup> com a língua portuguesa. De igual modo, em 2000, havia sido alertado para um melhor tratamento e atenção à LCV, com a concretização de três grandes objetivos: a oficialização da Língua Cabo-verdiana, a generalização do seu ensino e a construção de um bilinguismo funcional (VEIGA, 2004).

Assim, a Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) (art.º 9º, nº 1 e seguintes) (2010) declara que “É língua oficial o português. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em **paridade** com a língua portuguesa”, alegando que “todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as **línguas oficiais** e o direito de usá-las” (grifos nossos).

Dando execução ao artigo 9º da CRCV, o Decreto – Legislativo nº 2/2010, de 7 Maio, define que o Sistema Educativo Cabo-verdiano, no seu art.º 9, no ponto 2, com o objetivo de reforçar a identidade e a integração dos indivíduos na coletividade em desenvolvimento, deve valorizar a língua materna, como manifestação privilegiada da cultura. Neste pressuposto, aparecem como objetivos deste decreto promover o do-

<sup>8</sup>Cabo Verde vive uma situação de diglossia, em que uma língua de prestígio é utilizada nas funções consideradas nobres, enquanto a outra se apresenta mais como língua dominada. Por isso, a cada dia que passa, a utilização do português como língua de escolarização está sendo mais difícil para os alunos cabo-verdianos. (DUARTE, Bilinguismo ou Diglossia? 1998, p. 133).

mínio da escrita da língua materna cabo-verdiana, bem como da língua portuguesa, reforçando a capacidade de expressão oral e escrita.

Reconhece-se, contudo, que a oficialização da LCV atribuiria à língua materna um estatuto de prestígio e de dignidade à altura das funções que desempenha e que pode desempenhar na sociedade cabo-verdiana e na arena internacional.

Atualmente, a situação da língua cabo-verdiana é confortável: é cada vez mais falada, e, em circunstâncias e contextos diversos, logo, ganha um novo dinamismo. A LCV, na prática, já goza de algum estatuto de língua oficial, ou seja, tem sido utilizada, sobretudo, nos debates parlamentares e noutros momentos oficiais, com maior incidência nas campanhas promocionais ou publicitárias e políticas. Constata-se, efetivamente, com o propósito de fazer com que as mensagens cheguem a toda a população. É usada com menor frequência nos estabelecimentos de ensino. Contudo, nas igrejas, na literatura, nos tribunais, na administração pública e na comunicação social, recorre-se, com relativa assiduidade, à LCV. Todas as entidades, oficiais e não oficiais, recorrem à língua materna para se comunicar, sobretudo, na oralidade. É ministrada nos estabelecimentos de ensino, nas comunidades cabo-verdianas emigradas nos Estados Unidos da América e em Portugal.

Contudo, não se pode deixar de registrar que uma parte da elite intelectual tem apoiado a iniciativa, parcial e timidamente, certamente em virtude do discurso da negação do crioulo cabo-verdiano (...) que levou um escritor anônimo a alertar o rei de Portugal, dizendo que “Até mesmo os brancos são pouco civilizados, de sorte que são bem raros os que sabem a língua portuguesa com perfeição, e só vão seguindo o estilo da terra, que é uma corruptela tão rústica que se não pode escrever” (CARREIRA, 1985, p. 27, *apud* VEIGA, 2013)<sup>9</sup>.

Este discurso de negação sempre existiu. Veiga (2009), relata casos de

alguns escritores de renome diziam que não precisavam e não precisam do Ccv [Crioulo cabo-verdiano] para escrever os seus livros. Outros defensores do português passaram a argumentar que, sendo o Ccv a língua forte, em termos de comunicação informal, o seu desenvolvimento representaria, não um atentado à unidade do Império, como se dizia na época colonial, mas um atentado à língua portuguesa que só uma minoria da população dominava. Ora, se o povo já sabe o crioulo, então é preciso investir no português que ele não sabe ou não domina.

Ainda, segundo Veiga (*op. cit.*), para alguns políticos e intelectuais, seria mais inteligente e mais econômico fazer-se o investimento no português que, para além de ser “língua de civilização”, possui a vantagem de dispor de instrumentos pedagógicos como: a escrita estandardizada, a gramática, os manuais, os professores e o suporte literário. Além desses, há ainda quem defenda que, se a língua da “globalização” é o inglês, torna-se, então, inútil o investimento no Ccv.

Ao longo dos anos, cada vez mais se avolumam os estudos linguísticos, buscando descrever a língua caboverdiana<sup>10</sup>, evidenciando-lhe a estrutura, o funcionamento e o

<sup>9</sup>O mesmo autor afirma (*op. cit.*, p. 30-31) que a tentativa deliberada de sufocar o crioulo caboverdiano começa sobretudo no século XIX, estranhamente após a criação do primeiro liceu em 1860, e o surgimento do Seminário Liceu de S. Nicolau em 1866, pois, nessa altura, “os zelosos compatriotas”, no dizer de Pedro Cardoso, começaram a ver no crioulo um atentado contra a unidade do Império português e que urgia impedir o desenvolvimento e alastramento. Por isso várias vozes surgiram condenando o crioulo:

“a língua que usam é um ridículo crioulo” (Pusich, princípio do século XIX);

“... idioma o mais perverso, corrupto e imperfeito, sem gramática e que não se pode escrever ...”

(Chelmich e Varnhagen, 1841);

“... gíria ridícula, composto monstruoso de antigo português e das línguas da Guiné que aquele povo (o caboverdiano) tanto preza e mesmo os brancos se comprazem a imitar”. (Lopes de Lima, 1841); (VEIGA, Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção. 2013, p. 30, grifos nossos)

<sup>10</sup>PEREIRA, Dulce. Crioulo de Cabo Verde: Proposta de Grafia. Revista Internacional de Língua Portuguesa. N.º 2, Dezembro. Lisboa. 1989; PEREIRA, Dulce. Descrioualização lexical no contacto entre o caboverdiano e o português. Revista Galega de Filoloxía, nº1. pp 175-185. 2000b; PEREIRA, Dulce. Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. (ILTEC). Acessível em [www.iltec.pt/divling/pdf/linguas-crioullocv.pdf](http://www.iltec.pt/divling/pdf/linguas-crioullocv.pdf) (acedido em 26.04.2010); PEREIRA, Dulce. Os Problemas da Língua. Revista Internacional de Língua Portuguesa, n.º 1, Julho. Lisboa. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. pp 11-15. 1989; SANTOS, Aurélio Fialho Borges dos. O crioulo e o português: sugestões para uma política do idioma em Cabo Verde. Dissertação de mestrado em Língua e Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2007; VEIGA, Manuel (org). Actas I Colóquio Linguístico sobre o Crioulo de Cabo Verde. Praia. INIC. 2000a; VEIGA, Manuel. Diskrison Estrutural di Língua Kabuverdianu. Praia. Instituto Cabo-Verdiano do Livro (ICL). 1982; VEIGA, Manuel. Le Créole du Cap Vert: Étude Gramaticale Descriptive et Contrastive. Karthala – Instituto Nacional Promoção Cultural (IPC). 2000b.

vigor linguístico-cultural, de tal maneira que se pode pensar em uma política de paridade com a língua de colonização, que lhe deu origem, em convivência cotidiana, assim como se expressa o sociolinguista Veiga:

Ao português que já é língua oficial e de situações formais de comunicação, torna-se necessário **alargar o seu ensino e conferir-lhe o estatuto de língua do cotidiano informal**, em paridade com a Lcv [Língua Caboverdiana]. Quanto à Lcv que já é língua do cotidiano informal, há que se **reconhecer-lhe o estatuto oficial** em paridade com a Lp, **reforçar o seu uso formal e implementar o seu ensino**, do primário ao universitário (...). Tal **política linguística** é uma exigência da nossa história, da nossa cultura, da **nossa identidade**.” (2004, p. 129, grifos nossos).

Ademais, pedagogicamente, pensando nas crianças caboverdianas, que não falam português em casa e, quando vão para a escola, têm que se defrontar somente com esta língua que tem tudo de estrangeira, o mesmo autor acrescenta, reforçando a ideia do Bilinguismo Funcional:

“(...) negar o Crioulo não só significa negar a nossa identidade como também dificultar a pedagogia do português. E isto **porque a língua primeira constitui a melhor referência na aprendizagem de uma segunda língua**” (VEIGA, 2004, p. 12, grifos nossos).

A par disso, a experiência piloto sobre Ensino Bilíngue<sup>11</sup>, que está sendo desenvolvida, nas quatro escolas básicas da Ilha de Santiago, é um indicador positivo de que o ensino bilíngue no futuro será massificado, apesar das dificuldades na elaboração de materiais didáticos e na especialização/formação de professores. Há, na verdade, um reconhecimento por toda a sociedade da necessidade da oficialização da LCV, no sentido concreto do termo, e esta iniciativa tem merecido apoios de várias classes profissionais como: linguistas, professores, poetas, escritores e políticos, de uma forma geral.

Ademais, face à crescente onda de valorização, em 2011, a LCV foi usada na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, no plenário, pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde.

O Primeiro-Ministro, José Maria Neves, fez história nesta sábado, ao proferir o seu discurso na sua língua materna, o crioulo, perante a plenária da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Uma iniciativa ousada de Neves que pretendeu valorizar e “partilhar este autêntico patrimônio mundial, nascido no limiar do Século XV”, o crioulo mais antigo de formação euro africana e no contexto atlântico. (PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO DE CABO VERDE, 29-09-2011).

A reportagem acrescenta, ainda, o argumento do Primeiro-Ministro, pelo ponto de vista antropológico, em defesa da Crioulidade e da Cabo-verdianidade:

José Maria Neves disse, igualmente, que as línguas são cultura, história, memória e civilização e, por conseguinte, o crioulo referencia a Crioulidade como “um valor antropológico de toda a humanidade e destaca nela a Cabo-verdianidade”. (*op. cit.*)

Por conseguinte, deve-se destacar a importância que a aprovação experimental do

<sup>11</sup>“Nesta experiência, os docentes vão lecionar a língua cabo-verdiana e a portuguesa em simultâneo, **50 por cento de aula por cada língua**.” (MED, 2013, p. 1). (Cf. CARDOSO, 2005 e 2013, grifos nossos)

<sup>12</sup>Vários autores (Coord. Manuel Veiga). Proposta de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano (ALUPEC). Praia, 1994.



Alfabeto Unificado Para Escrita do Crioulo (ALUPEC)<sup>12</sup>, nos finais dos anos noventa, teve nesse processo. Este Alfabeto representa a unificação de dois modelos de alfabeto (o de base etimológica e o de base fonológica) e ainda é um instrumento capaz de representar todas as variantes dialetais das nove ilhas habitadas do arquipélago. Efetivamente, o ALUPEC, que abarca os falares das diferentes ilhas, segundo alguns estudiosos da língua, não somente contribui para a harmonização do alfabeto e da escrita, mas também facilita o ensino, a investigação, a produção literária e a elaboração de material didático. Além disso, serve de elo de ligação entre a língua cabo-verdiana e as línguas estrangeiras e, por outro lado, também, facilita a aprendizagem da língua portuguesa. É de notar, ainda, o valor deste instrumento pela concessão da possibilidade de distinguir de forma mais nítida as duas línguas: a Língua Portuguesa e a Língua Cavo-verdiana, facilitando deste modo o ensino e a aprendizagem de uma e da outra língua, contribuindo, para o progresso do sistema educativo e para a facilitação do sistema comunicativo, principalmente o domínio da comunicação escrita das duas línguas.

Em 2012, o governo cabo-verdiano, através do Ministério da Cultura, criou a Comissão Nacional para as Línguas, composta por personalidades ilustres do mundo das Letras e da Linguística cabo-verdianas: professores universitários, linguistas, poetas e escritores, muitos de renome internacional, para, entre outras atribuições, assessorar o governo nas questões da língua, com pareceres de caráter vinculativo. Isto significa que, em matéria da língua, a referida Comissão é a organização máxima em âmbito nacional, que tem como principal missão remover os obstáculos à oficialização desta língua, privilegiando a padronização como uma das questões fundamentais do processo (UNILAB, 2014)<sup>13</sup>.

Na academia, um conjunto de ações vem sendo desenvolvido. Assim, a LCV constitui matéria de pesquisa, com produção de monografias, dissertações e teses, quer nas universidades cabo-verdianas, quer nas universidades estrangeiras, além de outras produções científicas, seja considerando a língua portuguesa como língua segunda, como língua não materna, seja focalizando a Língua Cabo-verdiana, em seus aspectos culturais e linguísticos<sup>14</sup>.

Nas instituições de ensino superior de Cabo Verde, destinados à formação de docentes (do Ensino Básico e do Ensino superior) e não docentes, a LCV é objeto de estudo nas disciplinas de Língua Cabo-Verdiana e Linguística Cabo-Verdiana. No curso de graduação em Estudos Cabo-verdianos e Portugueses, a LCV constitui uma das unidades curriculares, desde a sua aprovação, em 1979, na antiga Escola de Formação de Professores do Ensino Secundário.

Finalmente, em 2011, a Universidade de Cabo Verde organizou um Mestrado em Crioulística, com o propósito de preservar, valorizar e promover a língua materna e a cultura cabo-verdiana. De acordo com Manuel Veiga, coordenador científico do curso, o referido mestrado visa à formação de especialistas com conhecimentos linguísticos, didáticos e técnicos para operar em diversas áreas da língua cabo-verdiana e docentes do Ensino Básico e Secundário com conhecimentos aprofundados sobre a língua cabo-verdiana (INFORPRESS, 2010). Portanto esta iniciativa vem reforçar a LCV no domínio científico e didático-pedagógico.

Destaca-se, entre essas produções, fruto do Mestrado em Crioulística, um livro de Tomé Varela, o mesmo autor de seis volumes de *Na bóka noti: Tradisons Oral de Káuberdi* (SILVA, 1987), um livro que avança, no sentido de apresentar, a partir da oralidade, *uma proposta de escrita com história voltada para o futuro* (SILVA, 2014).

Todas essas ações, até o momento mencionadas, representam a luta caboverdiana,

<sup>13</sup><http://www.unilab.edu.br/noticias/2014/06/13/cabo-verde-lingua-materna-devera-ser-oficializada-na-proxima-revisao-constitucional/>

<sup>14</sup>Além dos autores que já se encontram nas Referências, enfatizamos também:

COSTA, Arlindo Monteiro Lopes. O Crioulo como Língua de Escolarização em Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Lisboa. FLUL. 2005; FREIRE, Maria Gorei V. O Ensino do Português LE a partir do Cabo-verdiano LM, Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2007; Grupo para a Padronização do Alfabeto. Propostas de Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do cabo-verdiano. Praia. IPC. 2006; LANG, Y. A Escrita Cabo-Verdiana: uma perspectiva de um linguista estrangeiro. Comunicação apresentada no ISE. s/data; MENDES, Amália Faustino. Referencial para o Ensino em Português Língua Segunda em Cabo Verde no Contexto da Oficialização da Língua Cabo-Verdiana. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Dissertação de mestrado. Lisboa. 2009; PEREIRA, Júlia Ramos Melícia. Alfabetização de crianças cabo-verdianas em língua portuguesa como língua não materna. Universidade Aberta, 2010; RODRIGUES, Albertino Africano Mendes. Pensar currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-Verdiana. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010;

dentro de uma luta maior, que é africana, cada país em defesa de sua cultura, de sua língua materna.

Em Guiné Bissau, país irmão, por exemplo, os CEPI (Centros de Educação Popular Integrada) e os CEEF (Centros Experimentais de Educação e Formação), de 1977 a 1984, inspiraram-se nas experiências da luta por uma educação libertadora, junto ao revolucionário Amílcar Cabral.

O CEPI colocou o problema da língua de ensino e do ensino da língua nacional, neste caso o português que era, sobretudo, uma língua estrangeira. Na realidade, um guineense deveria “possuir” três línguas - a língua da tabanca, que é em geral a língua da sua etnia, o crioulo-português, língua franca das zonas de mestiçagem cultural como as cidades e seus subúrbios e o português adotado como língua nacional, mas na realidade pouco falado e compreendido nas cidades (SENA, 1995, p. 75).

Freire, educador brasileiro, por uma pedagogia emancipadora/libertadora, considerava mais coerente fazê-la em crioulo, buscando explicitar:

Nos círculos de cultura tornou-se evidente que os progressos em português, que era a língua oficial do país e das suas escolas, como língua do programa de alfabetização eram extremamente lentos. Esta lentidão deixava claro que o português era completamente alheio às práticas sociais diárias do vilarejo. Os vilarejos não conheciam o português, mesmo na sua forma oral. Os grupos étnicos falam sua língua nativa africana e muitas pessoas, mas não todas, falam crioulo. Esta língua, uma forma de dialeto derivado do português e enriquecido pelas linguagens tradicionais africanas, tornou-se difundida na Guiné-Bissau durante a luta de libertação nacional, quando, justamente, assumiu o papel de língua oral entre os grupos étnicos. Por isso, hoje é considerada a língua nacional do país. (IDAC, 1979, p. 42).

Dessa forma, segundo Gadotti, em sua obra sobre os dois pensadores revolucionários, nas atividades do PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde), o que se percebia era o político motivando o pedagógico (2012, p. 62).

## Caminhos para a Oficialização

Um *atelier* sobre o Ensino Bilíngue, realizado pelo Ministério da Educação, no dia 20 de fevereiro de 2015, foi um momento de exaltação da experiência deste ensino, ligando-se, deste modo, à publicação de uma decisão/iniciativa do governo da república, dando seguimento ao programa do governo para esta oitava legislatura (INFORPRESS, 20/02/2015).

A iniciativa mais recente, trata-se da publicação da Resolução nº 32/2015, do Conselho de Ministros, de 15 de abril de 2015, que vem reforçar a presença da língua cabo-verdiana enquanto veículo principal de comunicação na vida cotidiana do país e otimizar a dinâmica de transformação linguística que ocorre em Cabo Verde. Dentre os objetivos da referida Resolução, destacam-se os seguintes:

Estabelecer a construção progressiva de um real **bilíngüismo** em Cabo Verde;

Conceder um **estatuto digno** para a língua nacional “preservar, valorizar e promover o desenvolvimento da língua materna, as **condições de e para sua oficialização**”; Incentivar o seu **uso** na comunicação **escrita**. (BOLETIM, 2015, grifos nossos).

Neste contexto, na fundamentação da Resolução 32/2015, não faltaram argumentos que justificam a pertinência e a importância deste instrumento jurídico. Assim, destacam-se as “novas metas e orientações, com vistas à aceleração da **construção de um bilinguismo social efetivo** (...), **paridade entre as duas línguas** de Cabo Verde a culminar com a oficialização da língua materna” (BOLETIM, 2015, grifos nossos). O artigo 1º da Resolução elenca medidas, com vistas à afirmação e valorização da língua cabo-verdiana, quais sejam o apoio e o incentivo “a **estudos e experiências** que visam à **introdução do ensino da e na língua materna no sistema de ensino, do pré-escolar ao superior**, bem como a institucionalização de um modelo de **ensino bilíngue** mais adequado ao contexto do país” (grifos nossos).

Nesse sentido, a Resolução 32/2015 apresentou uma proposta fundamental: “Apoio e promoção de estudos sobre a **padronização da língua, em parceria com as universidades estrangeiras**” (grifos nossos). Esta medida irá contribuir bastante para a normalização da escrita, que, apesar dos esforços feitos neste sentido, não reuniu consensos, dos promotores da LCV, tendo sido motivo de polêmica<sup>15</sup>. Além disso, vai contribuir para a estruturação das regras ortográficas, principalmente aos usuários das redes sociais, que vêm colaborando bastante para sistematizar a escrita desta língua.

A necessidade de atender aos usuários de computadores deve levar à produção de *softwares* aplicados à língua, tais como programas de tradução “cabo-verdiano/português”, “cabo-verdiano/inglês”, “cabo-verdiano/francês”, etc., o que irá contribuir para a regulamentação da escrita, pois, logo que uma palavra for digitada incorretamente, esta aparecerá sublinhada. Assim, o escrevente terá a possibilidade de corrigir e aprender a escrita correta.

Igualmente, há necessidade de encorajamento para a concepção e introdução da disciplina de Didática da Língua Cabo-Verdiana, tendo em vista a sua introdução no Curso de Licenciatura em Educação Básica, como uma forma de dar respostas às demandas. Evidentemente, a LCV vem sendo ensinada há vários anos, mas não se tem conhecimento da existência, anteriormente, da disciplina de didática da mesma.

Certamente, a proposta que vem no sentido de incentivar e apoiar as instituições de ensino e de investigação, na concepção e realização de programas inovadores da língua cabo-verdiana, bem como na implementação de iniciativas visando à promoção da língua cabo-verdiana, irá reforçar a Didática da Língua Cabo-Verdiana, dada a importância reconhecida que a língua materna, principalmente o conhecimento sólido dessa língua, tem na aquisição e aprendizagem da língua segunda, em contexto bilíngue.

Nesse sentido, o ensino da LCV torna-se uma necessidade premente, na medida em que o seu domínio, principalmente quanto à escrita, além de promover o bilinguismo que se objetiva alcançar em Cabo Verde, vai contribuir também para o sucesso do ensino e aprendizagem da própria LCV e da LP. Nessa perspectiva, nota-se a importância do “Incentivo e apoio ao **ensino da língua cabo-verdiana a nacionais** residentes no estrangeiro e a estrangeiros residentes em Cabo Verde” (grifos nossos), proposta na referida resolução.

Merece ser destacada também a “Instalação de uma **entidade acadêmica independente**, com competências do ponto de vista científico, metodológico e técnico, incumbida de **investigar na área cultural e linguística**, visando entre outros, o estudo da **língua cabo-verdiana nos diversos campos**” (grifos nossos). Em outras palavras, a criação de um comitê científico está intimamente relacionada com os aspectos anteriormente focados. Os estudos realizados pelos investigadores serão essenciais para a criação das condições e bases científicas de ensino da LCV.

Em termos institucionais, criaram-se as condições para os cabo-verdianos acompanharem o processo, atribuindo aos “departamentos do Governo responsáveis pela aplicação das medidas in-

<sup>15</sup>Há discussões, por exemplo, sobre se seria utilizada a variante do Sotavento ou do Barlavento, entre outras discussões.

tegrantes da Resolução nº 32/2015” o dever de “apresentar, em **Julho de cada ano**, ao Conselho de Ministros, em função das respectivas responsabilidades, o **relatório** sobre o estado da aplicação da Resolução” (grifos nossos).

A oficialização da língua ou criação das condições reais para a oficialização depende, em larga medida, das instituições governamentais. Assim e neste particular, os caminhos da oficialização desbravam, em função da vontade institucional, seja ela com retórica, seja com ações. A oficialização não depende apenas da ciência, pois já existe uma base científica para tal, mas o dissenso político e linguístico ainda persistem.

Veiga (1999), sociolinguista, por exemplo, afirma que, aquando da introdução, em escolas secundárias, o ensino bilíngue crioulo-inglês por um grupo de jovens professores cabo-verdianos de nível universitário, inicialmente os pais questionaram as escolas dos filhos em que se utilizava o crioulo ou criticavam a estupidez, que consistia em servir-se no ensino de uma língua não escrita.

Na realidade, nota-se alguma polémica política e linguística em relação à promoção da LCV. Segundo Teixeira (2015), jornalista, há resistência e ceticismo de alguns intelectuais relativamente à oficialização da língua cabo-verdiana e a sua utilização no sistema de ensino não são bem vistas por alguns entendidos na matéria. O mesmo (*op.cit.*) aponta como exemplo a docente Ondina Ferreira, segundo a qual trata-se de uma matéria que não devia ser forçada, já que o crioulo está intimamente ligado ao português.

A antiga Ministra da Educação realça que o crioulo já é muito falado em casa, na administração pública e na própria comunicação social, por isso não aprova a introdução do bilinguismo no sistema de ensino, pois, segundo Ferreira, a escola tem sido o único lugar que ainda resta para se ensinar a língua portuguesa (TEIXEIRA, *op. cit.*).

Aliás, Ondina Ferreira, afirmou que

“Há poucos anos a esta parte, tem vindo a acentuar-se este fenómeno de estranheza com a LP, entre os nacionais”. Estranheza essa que Ferreira crê “ser fruto de uma orientação – má e intencional – das políticas linguísticas que estão a suceder no país” (COELHO, 2014).

Essa voz de discordância não é única. Nos jornais nacionais e estrangeiros encontram-se vários artigos sobre as posições de alguns cidadãos sobre a oficialização do Ccv. É o caso de Sousa (2015) e Humberto (2008). Sousa, da área de Relações Internacionais, fez a seguinte afirmação: “Num país onde os recursos não abundam, há sempre alguém que tem ideias, digamos de ‘génio’. É que, a oficialização do crioulo tem os seus custos e não são poucos. Mas isso, já lá vamos.” Acrescenta ainda que as dificuldades no ensino desta língua, devido à falta de domínio das variedades do crioulo das ilhas pelos docentes, em casos de mobilidade, a facilitação da aprendizagem da LP pelo seu ensino, as discussões em torno dessa questão são fúteis e que “insistir nesta ideia seria certamente andar caminho ao contrário. Seria renegar um universo com milhões de falantes, como é o caso do Português, ideal para o multiculturalismo, para o negócio e para a educação!”

Humberto Cardoso (2008), deputado nacional, num artigo publicado no jornal *A Semana*, afirmou que em África, a grande maioria dos países tem uma única língua oficial, que também é língua do ensino, a todos os níveis. Poucos se aventuraram em levar as línguas maternas para o sistema de ensino. Para ele, a pressão pela oficialização do crioulo tem um conteúdo essencialmente ideológico fundamentando, a respeito do nº 1 do artigo 9º da Constituição (proposta do Partido Africano para a independência de Cabo Verde (PAICV), que quer “dignificar” o crioulo face ao português), em Cabo Verde, diferentemente de outros países onde se procura oficializar línguas maternas, não há discriminação do crioulo, como acontece em outras sociedades racialmente mistas, designadamente nas Caraíbas, onde há uma elite que só fala a língua do colonizador. Este político ainda fez a seguinte afirmação:

A ansiedade, com a imaginada perda de terreno do crioulo em relação ao português, só existe nos círculos que procuram tirar proveitos políticos de conflitos identitários exacerbados. Para o cidadão comum não há crise. E nem há para os escritores, músicos e artistas diversos que têm conseguido passar com sucesso para o mundo inteiro a alma e a arte caboverdianas, sem quaisquer constrangimentos (*op. cit.*).

Cardoso (2008) também faz referência aos custos da oficialização do Ccv no que tange à produção e publicação de manuais. A somar, juntam-se outras despesas:

...em termos de comunicação a oficialização obrigaria a que todos os documentos do Estado fossem disponibilizados em crioulo para quem quisesse acedê-los nessa língua. A Administração Pública teria que se tornar apta a responder a solicitações escritas dos cidadãos, sem equívocos provocados pelo desconhecimento de uma escrita padronizada. Os custos que tudo isso acarretaria poderão não se justificar. Corre-se o risco de subutilização ou por falta de alfabetização generalizada no crioulo ou por falta de interesse.

Ressalta-se que a polêmica de oficialização da língua materna não é um caso específico de Cabo Verde. Noutras paragens, designadamente Aruba e Curaçao, houve reação dos pais: uns a querer a educação só em português para os filhos em escolas privadas e outros a resignarem-se a ficar por escolas públicas onde se ensina em crioulo.

A questão da oficialização da LCV, por se tratar de uma decisão de grande importância para Cabo Verde, agregou não só os políticos, mas também personalidades de diversos quadrantes sociais e profissionais. Apesar disso, é evidente a existência de vozes a favor e outras contrárias, com argumentos políticos, linguísticos, sociolinguísticos, didático-pedagógicos, afetivos e econômico-financeiros. Também é notável que esta situação se assemelha ao que ocorreu noutras paragens onde a situação linguística é idêntica à de Cabo Verde.

## Concluindo

Tendo em conta o exposto, percebe-se que a Resolução 32/2015 veio para dar respostas à situação linguística no país, dando importância à língua falada pelos cabo-verdianos, apontando medidas concretas para o seu enquadramento jurídico e consolidação oficial da LCV como língua materna em Cabo Verde. Veio, sobretudo, minimizar a tensão entre a língua oficial (portuguesa) e a língua materna não oficial (língua cabo-verdiana) e contribuir para o sucesso do ensino e aprendizagem das mesmas.

Está-se perante medidas concretas que, a serem implementadas, trarão, de certo modo, solução à problemática da oficialização da LCV. Porém, não são suficientes, levando em conta que se deveria começar no sentido inverso, ou seja, no âmbito constitucional, alterando o art.º 9º da Constituição da República de Cabo Verde (2000). Espera-se que haja vontade política para a implementação de medidas de outra natureza, designadamente, as constitucionais.

Nesse sentido, o pesquisador Quint vislumbra as possibilidades futuras da Língua Caboverdiana:

A língua caboverdiana, produto de uma simbiose equilibrada entre elementos europeus e africanos, é um dos principais **traços culturais** partilhados pelas comunidades caboverdianas dispersas pelas duas margens do Atlântico. Contudo, o **futuro do crioulo**, a

médio e longo prazo, dependerá em última análise do seu estatuto no arquipélago de Cabo Verde, único lugar no mundo onde ele é língua da maioria, gozando duma **vitalidade diariamente reforçada** (2009, p. 141, grifos nossos).

O autor, relembrando a origem luso-africana, refere-se à língua caboverdiana como língua mundial, com base na produção e no uso bem-sucedido de materiais didáticos, geralmente de natureza bilíngue, em comunidades onde há emigrantes de Cabo Verde, seja em Portugal, na Holanda, nos Estados Unidos, seja em outros países, conclamando os caboverdianos a uma ação política, em defesa dos seus traços culturais, em seu próprio país.

### Bibliografia

- ASSEMBLEIA NACIONAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. *Constituição da República de Cabo Verde* (Revista em 1999). Publicação: BO - Suplemento, I Série - Nº 43 de 23 de Novembro de 1999, 2000.
- BOLETIM OFICIAL DA REPÚBLICA DE CABO VERDE. nº 25, de 15 de Abril 2015. Resolução Conselho de Ministros nº 32/2015, 2015.
- BRITO, A. de Paula. *Dialectos Crioulos – Portugueses*. Apontamentos para a Gramática do Crioulo que se fala na ilha de Santiago de Cabo Verde. In Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 7ª série, nº 10, pp. 623-669, 1887.
- CARDOSO, Ana Josefa. *As interferências linguísticas do caboverdiano no processo de aprendizagem do português*. Dissertação de Mestrado, Universidade Aberta, 2005.
- CARDOSO, Ana Josefa. *Si ka fila tudu, ta fila un ponta*. Uma Experiência de Educação Bilíngue. Materiais de Leitura e Escrita. 2013.
- CARDOSO, Humberto. Oficializar o crioulo? Porquê a pressa? Disponível em <https://sites.google.com/site/humbertocardoso/oficializarocrioulo%3Fporqu%C3%AAapressa> 2008. Acesso em 17 de dezembro de 2015.
- CARDOSO, Pedro. *Folclore Caboverdeano*. Paris: Solidariedade Cabo-Verdiana. (1ª edição 1933) Reeditado em 1983.
- CARREIRA, António, *O Crioulo de Cabo Verde – surto e expansão*. Lisboa: Edição do autor, 1982.
- CARREIRA, António. *Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1983.
- CARREIRA, António Cabo Verde: *Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)* Praia, IPC, 2000.
- CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia Andrade. *Historicidade e Sentidos: A palavra crioulo nos discursos sobre a Língua de Cabo Verde*. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado, 2007.
- COELHO, Gisela. Entre o Crioulo e o Português. *Público*. 27/7/2014. Disponível em <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/entre-o-crioulo-e-o-portugues-1664265> Acesso em 17 de dezembro de 2015.
- CONSTITUIÇÃO da República de Cabo Verde. INCV, Praia, 2000.
- CONSTITUIÇÃO da República de Cabo Verde, revista em 2010, INCV, Praia, 2010.
- DUARTE, Dulce. *Bilinguismo ou Diglossia?* Praia: Sphen Edições, 1998.
- FERNANDES, Armando Napoleão Rodrigues. *Dialecto Crioulo do Arquipélago de Cabo Verde*. Gráfica do Mindelo, 1991.
- FREIRE, Maria Goreti. *O Ensino do Português (L2) a partir do Cabo-Verdiano (LM)*. Lisboa, Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado (não publicada) 2007.
- Gadotti, M. (2012). Segunda Parte - Paulo Freire na África: Encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral, p. 55-107. Romão, José Eustáquio (Org.). *Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3591/1/FPFPTPF12094.pdf> . Acesso em 11 de setembro de 2015.
- GOMES, Maria Amélia. *Representações sobre o uso da língua cabo-verdiana em aula de português*. Lisboa, Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado (não publicada) 2008.
- IDAC (Instituto de Ação Cultural). *Guiné-Bissau '79. Learning by living and doing*. Geneve, 1979.
- IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa. *Boletim 104*, 18 março 2015. <https://iilp.wordpress.com/2015/03/18/ensino-primario-mocambicano-sera-ministrado-nas-16-linguas-nativas-a-partir-de-2017/>
- INFORPRESS - Agência Cabo-Verdiana de Notícias. *Uni-Cv Realiza Mestrado em Criolística e Língua Cabo-Verdiana a Partir de Novembro*. 6 de Novembro de 2010. Disponível Em: <https://www.inforpress.publ.cv/cultura-mlt/34153-uni-cv-realiza-mestrado-em>

**crioulstica-e-lngua-cabo-verdiana-a-partir-de-novembro-** Acesso em 28 de maio de 2015.

INFORPRESS. PM destaca a importância do projecto bilingue no processo de ensino e aprendizagem. <http://estudante.sapo.cv/artigos/artigo/pm-destaca-a-importancia-do-pr-379050.html> 20/02/2015. Acesso em 28 de fevereiro de 2015.

LOPES, Amália. *As Línguas de Cabo Verde - Uma Radiografia Sociolinguística*. Lisboa, Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento, 2011.

LOPES, Baltasar. *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LOPES, Baltazar. *Escritos Filológicos e Outros Ensaios*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2010.

MARTINS, Aracy Alves. Ensinar qual Língua, em Países de Colonização Portuguesa? Tensões no ensino de línguas em Cabo Verde.

SAMARTIM, Roberto; VÁZQUEZ, Raquel Bello; FEIJÓ, Elias J. Torres; BRITO-SEMEDO, Manuel (eds.). *Estudos da AIL em Ciências da Linguagem: Língua, Linguística, Didática*. Santiago de Compostela - Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas, 2015.

MED – Ministério da Educação e do Desporto. *Educação em Notícias Newsletter*. Ano VII, Ed. Nº. 19, out/nov. 2013. Disponível em: [www.minedu.gov.cv](http://www.minedu.gov.cv) Acesso em 26 de Maio de 2015.

MONTEIRO, Adelaide. *A língua Cabo-Verdiana e a Política Linguística no País – Cabo Verde*. Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado (não publicada), 2007.

PÁGINA OFICIAL DO GOVERNO DE CABO VERDE. [http://www.governo.cv/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3456:pm-discursa-em-crioulo-nas-nacoes-unidas-e-homenageia-aristides-pereira-v15-3456&catid=82&Itemid=300152](http://www.governo.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=3456:pm-discursa-em-crioulo-nas-nacoes-unidas-e-homenageia-aristides-pereira-v15-3456&catid=82&Itemid=300152) Publicado em 26-09-2011. Acesso em Acesso em 17 de dezembro de 2015.

PEREIRA, Dulce. Crioulos de base portuguesa. In *Fórum dos Linguistas*. História da Língua Portuguesa em linha. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>. Acesso em 26 de Maio de 2015.

PEREIRA, Dulce. O Crioulo de Cabo Verde. I. H. Faria & al. (orgs.). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho. 1996. Pp. 551-559.

QUINT, Nicolas. “O cabo-verdiano: uma língua mundial”. *Revista de Estudos Cabo-Verdianos*. Praia, no. 3, dezembro 2009: 129-144.

SANCHES, Maria de Fátima. *Atitude de alguns cabo-verdianos perante a Língua Materna*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2005.

SEMEDO, Victor. Língua cabo-verdiana: entre uso generalizado e a oficialização. Pesquisa em Rede CNPq - Língua e Literatura: relações raciais, diversidade sociocultural e interculturalidade em países de língua portuguesa, Ceale-NERA/FAE/UFMG, 2012.

SENA, L. de. Uma Experiência de Integração da Educação na Guiné-Bissau. *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, n. 19, 63-88, 1995.

SILVA, T. V. da. *Alfabétu Káuberdiánu*: Un prupósta di skrita ku stória voltádu pa futuru. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais (IIPC), 2014.

SILVA, T. V. da. *Na bóka noti*: Tradisons Oral di Káuberdi. Vulumi I. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro, 1987.

SILVA, T. V. da. *Na bóka noti*: Tradições Oraís. Vulumi VI. Praia: Instituto da Investigação e do Património Culturais, 2011.

SOUSA, Nilton. Oficialização do Crioulo. In: *Notícias do Norte. 3 de Junho de 2015*. Disponível em <http://noticiasdonorte.publ.cv/34065/oficializacao-do-crioulo/> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

SPÍNOLA, Danny. *Evocações*, Vol. I, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, 2004.

TAVARES, Eugénio. *Mornas - Cantigas Crioulas*, Lisboa, ed. J. Rodrigues & C<sup>ia</sup> (edição póstuma) 1932.

TEIXEIRA, Eugénio. Oficialização do crioulo divide opiniões em Cabo Verde. In: *Voa Voz da América*. 22 de Maio de 2015. Disponível em <http://www.voaportugues.com/content/oficializacao-do-crioulo-divide-opiniones-em-cabo-verde/2783138.html> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

VEIGA, Manuel. *O Crioulo de Cabo Verde*: Introdução à Gramática. 2ª. Ed. Praia: ICLD, 1996.

VEIGA, Manuel. *Language policy in Cape Verde: A proposal for the affirmation of kriolu*. In: Cimboa, A Journal Letters of Arts and Studies, no 7, year 3: Boston, Capeverdean Creole Institute. 1999.

VEIGA, Manuel. *A construção do Bilinguismo*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2004.

VEIGA, Manuel. O crioulo e o Português em Cabo Verde. In: *Sibila*: Poesia e crítica literária. Disponível em: <http://sibila.com.br/mapa-dalingua/o-crioulo-e-o-portugues-em-cabo-verde/2753> Acesso em 17 de dezembro de 2015.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: Nação Crioula Caldeada num Bilinguismo em Construção. Lisboa, 2013. <http://www.acaboverdeana.org/www2/wp-content/uploads/Cabo-Verde-Nac%CC%A7a%CC%83o-Crioula.pdf> Acesso em 7/12/15.